

EUROPA

Bancos e países, bail-outs e bail-ins

Elisa Ferreira

Se há matéria em que a Europa precisa de clarificar ideias é na relação quase incestuosa que se estabeleceu, e agudizou durante a crise, entre bancos e Estados. Não foram poucos os casos em que as instituições europeias patrocinaram essa cumplicidade – aconteceu com a Irlanda quando, face à ameaça de uma propagação europeia do risco causado por uma falência bancária, os contribuintes irlandeses foram chamados a salvar bancos que, pela sua dimensão, arrastaram o país para a via-sacra da troika e da austeridade (Memorando assinado em dezembro de 2010). Acionistas e credores de grandes bancos receberam assim uma bóia de salvação insuflada com a contribuição/sacrifício do cidadão comum... Esta situação ocorreu generalizadamente na União Europeia, com este tipo de intervenções – a que o jargão financeiro resolveu chamar de “bail-out” – a serem mais ou menos visíveis consoante o arcaboço financeiro do país era mais ou menos desproporcionado face à dimensão do naufrago a resgatar.

A filosofia europeia foi entretanto mudando. No verão de 2012, quando a banca espanhola começou a mostrar sinais



óbvios de fragilidade, três decisões importantes foram tomadas: Mário Draghi resolveu levantar uma barreira efetiva à

especulação sobre a dívida dos Estados (anunciando que o BCE estava preparado para a comprar ilimitadamente); o Conselho Europeu decidiu que a Zona Euro (e seus aderentes) avançaria com uma União Bancária conferindo ao BCE o papel de supervisor único dos bancos; a Comissão Europeia avançou com uma proposta de Diretiva (ainda em negociação no Parlamento Europeu e Conselho), que finalmente define como se gere um banco em processo de falência e quem o deve pagar, começando pelos seus “proprietários” (os acionistas) e descendo os escalões de credores segundo uma hierarquia pré-definida. Assim se instituiu o “bail-in”. Penalizar os acionistas e outros credores e poupar o contribuinte parecia ser um eixo sólido de evolução da política europeia, sobretudo quando completado com o segundo vetor da União Bancária, a saber, a constituição de uma Autoridade de Resolução Europeia e de um Fundo de Resolução Europeu financiado pelos próprios bancos em função do risco que introduzem no sistema.

No meio de todo este processo, o caso de Chipre (março 2013) caiu como uma bomba: regressou-se à lógica do “bail-out”, com o Estado (contribuintes) e os

depositantes (numa fase inicial, mesmo os detentores dos 100.000 euros garantidos a nível europeu) a serem chamados a salvar bancos oito vezes maiores do que a economia do suposto “salvador”. O efeito de alarme em toda a Zona Euro não precisa de ser enfatizado, acabando no impedimento (temporário) da circulação de capitais e numa fuga de depósitos mais ou menos camuflada para os bancos dos países centrais. Quanto aos cipriotas...

Moral da história, entre muitas outras lições a retirar: urge acelerar a supervisão única do BCE, mas ela só será credível se rapidamente for acompanhada de uma Autoridade Europeia de Resolução e, acima de tudo, de um Fundo de Resolução Europeu – alimentado pelas próprias instituições financeiras, em função do risco que trazem ao sistema – que liberte os contribuintes de responsabilidades que nunca assumiram; mas importa ainda que a Europa defina qual o tratamento que quer dar aos depositantes no seu sistema bancário, incluindo os titulares de valores acima do mínimo garantido, sob pena de acabarmos todos a depositar nos bancos alemães ou, o que vai dar ao mesmo, a ajustar os bancos à dimensão de cada país. Ou será que esta é, afinal, a ideia?

Assobiar para o lado

António Correia de Campos

Parece fechar-se o círculo à volta da Europa. Depois da inicial surpresa pelo excesso de medidas restritivas como solução para a crise, gerou-se uma dúvida expectante. Será que a Europa tem razão? Não deveria o mundo inteiro respeitar a terapêutica restritiva, a começar pelos EUA? A dúvida durou quase cinco anos, o tempo de se assistir ao contágio da recessão aos países mais fortes. Primeiro os académicos liberais da América do Norte, com o beneplácito da Administração Obama, apesar das diferenças de pensamento, depois o próprio FMI, agora o Japão que resolveu adoptar uma política inflacionista, permitindo a desvalorização do Yen, ao fim de duas décadas de rigoroso controlo e defesa da moeda forte, parece ter chegado a altura de a Europa ceder. Intoxicada pela ideologia contraccionista e punitiva, alimentada por uma suposta ética luterana de maldição das vítimas do Sul, a Europa



foi amigavelmente cercada na reunião da primavera do FMI, em Washington e parece estar em vias de começar a virar

de bordo. O primeiro a tentar saltar do navio foi Barroso, com mais um discurso ajustado a uma audiência especial, a dos think-tanks europeus, maioritariamente desagradados da rudeza e ineficácia da linha económica europeia. Entre estes, a crítica à austeridade excessiva já havia de há muito feito o seu caminho. Até o Ministro das Finanças da Alemanha, Schauble, veio agora mostrar-se dialogante. Como sempre acontece com os tímidos obstinados, será Gaspar o último a ceder.

Escusávamos de chegar a este ponto de destruição das economias de dois países, a Grécia e Portugal, da perda de credibilidade de um pequeno paraíso fiscal, Chipre, com a crise das garantias bancárias contaminando perigosamente a confiança ainda remanescente sobre a banca, bem como dos riscos acrescidos sobre Espanha e Itália. A Comissão Europeia, Barroso à cabeça, não terá perdão. Olli Rehn, o enigmático e soletrante vice-presidente da Comissão e seu ministro de finanças,

é responsável direto por tantos erros consentidos, por tanto sofrimento inútil induzido. Errando as contas, como tem acontecido, já há muito deveria ter sido libertado por Barroso de encargos para que não tinha arcaboço. Mas o gatilho da mudança foi o impronunciável Djesselbloem, imprevisto promovido a sumidade, capaz de acumular mais “gaffes” semanais que o saudoso Ronald Reagan.

A questão seguinte consiste em dar a volta às políticas. Barroso é mestre na matéria. Com a mesma frieza com que despediu o maltês Dahli, pode bem acontecer que despeça Rehn, se a pressão aumentar. Alguém vai ter que pagar por tanto erro e tão inútil teimosia. Entre nós não parece ser necessário despedir Gaspar, ou pelo menos será mais interessante despedir o governo na totalidade. O que depende de Portas. Por outras palavras, sobre este descerá o castigo dos deuses, proporcional aos sacrifícios infligidos. Não pode assobiar para o lado.

Portugal, a Europa e a segurança do Mar

Ana Gomes

A União Europeia (UE) deve aprovar em dezembro a primeira Estratégia Europeia de Segurança Marítima (EESM). Um documento para estruturar ação integrada e sinergias concertadas entre os 27 Estados Membros da UE, racionalizando os meios em função das necessidades para garantir a liberdade de navegação e a segurança marítima, na vizinhança da Europa e mares além.

Desde logo interessa que a EESM venha ajudar a UE a resolver os problemas que atualmente restringem a capacidade dos seus Estados Membros para agir em conjunto e defenderem a Europa de ameaças que se encontram no mar (por exemplo, predadores de recursos naturais/minerais ou desastres ambientais causados por poluentes), veiculadas por mar (por exemplo, o tráfico de armas, drogas e seres humanos) ou obstrutivas da navegação e da segurança no mar (por exemplo, a pirataria e o terrorismo).

A EESM terá de passar pela coordenação de meios e recursos a nível regional e europeu e pela partilha de boas práticas e de experiências entre Estados Membros. E terá de assentar em sinergias multifacetadas que articulem a dimensão da segurança marítima no domínio ambiental (tarefa hoje já cometida à Agência Europeia de Segurança Marítima, com sede em Lisboa) com a segurança marítima numa aceção mais securitária, (num sentido lato, ainda hoje sob jurisdição de cada governo e de alguns órgãos especializados da UE).

A EESM nasce da necessidade de agrupar



e concertar esforços no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), devendo conduzir a uma racionalização na aquisição meios e a uma partilha na utilização dos recursos marítimos, que sejam não só mais eficazes operacionalmente, mas que também garantam uma utilização mais rigorosa e eficiente aos orçamentos nacionais afectados à defesa e segurança marítimas. De uma forma ou de outra, quase todos os Estados Membros da UE estão hoje empenhados na segurança marítima, seja em águas

territoriais, seja em operações navais nas costas oriental e ocidental africanas – no combate à pirataria no Golfo de Aden/Oceano Índico, e à criminalidade organizada, terrorismo e pirataria já operando no espaço transatlântico, em particular no Golfo da Guiné.

A EESM é também uma oportunidade que Portugal não deveria perder: pode influenciar a sua estruturação e tirar partido dela, como país Atlântico com a maior Zona Económica Exclusiva de toda a UE e com a capacidade de acionar parcerias transatlânticas (no quadro NATO e não só, por exemplo com o Brasil, Cabo Verde e Angola).

Para Portugal, esta seria uma oportunidade para liderar um processo que importa do ponto de vista do interesse e da segurança nacionais, um interesse também estratégico numa perspectiva económica e ambiental. Mas uso o verbo no condicional - "seria" - porque com o Governo de Passos Coelho/Portas não acredito que Portugal navegue, nem para patrulhar as suas próprias costas, quanto mais para longe delas na Europa e além-Atlântico!... E não é porque no gabinete do Secretário de Estado do Mar e na Marinha não haja vontade e competência. E não é também por falta de o Presidente da República vir insistindo na prioridade do Mar para um rumo estratégico no desenvolvimento nacional. Acontece que até temos os recursos, a experiência, a competência e até as orientações plasmadas na Estratégia Marítima Nacional. Não temos é neste momento, desgraçadamente, governo com ambição à altura.

Enfim, o potencial da EESM para Portugal é evidente. Hoje a maior parte do comér-

cio mundial faz-se por mar e é também pela via marítima que se processa 90% do comércio externo da UE. A EESM vai passar Portugal da periferia geográfica (que nos condiciona na UE e com que habitualmente nos auto-limitamos) para o centro: o alargamento do Canal do Panamá, em curso, vai aumentar os fluxos de navegação entre o Atlântico e o Pacífico e vai conferir centralidade estratégica aos portos portugueses – Sines em particular. Se soubermos, ao menos, aproveitar as oportunidades e, claro, também assumir as correspondentes responsabilidades. O Parlamento Europeu está a discutir e aprovará em junho um relatório, de minha autoria, informado pelas orientações nacionais mas norteado pelo interesse comum europeu, visando pôr em evidência as necessidades e as oportunidades da futura EESM para toda a UE. Intitulado "A Dimensão Marítima da Política Comum de Segurança e Defesa", o relatório promove uma Europa capaz de se projetar internacionalmente como ator global de segurança - que a UE pretende ser, mas ainda não é, e nunca será se não investir nas capacidades marítimas. É preciso que, através da Alta Representante para a Política Externa e de Segurança, em conjunto com a Comissão e os governos dos 27 Estados Membros, a UE se capacite dos riscos, ameaças e oportunidades, e se dote de uma estratégia que ponha todos os instrumentos e atores europeus a trabalhar coordenadamente e com o mesmo objetivo em mira: a estabilidade, a segurança humana e a prosperidade que muito dependem da liberdade de navegação e da segurança do Mar.

POSEI Pescas

Luís Paulo Alves

A União Europeia (UE) é um projeto que só resulta se assentar no princípio do desenvolvimento equilibrado das suas regiões. Nesse pressuposto indispensável, às Regiões Ultraperiféricas (RUP), como os Açores e a Madeira, foi atribuído pelos Tratados um estatuto especial, com destaque especial para o Artigo 349 do Tratado de Funcionamento da UE. Este defende que tendo em conta a situação socio-económica estrutural das ultraperiferias europeias, "agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, factores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento", estas regiões devem ser alvo de "medidas específicas destinadas, em especial, a estabelecer as condições de aplicação dos Tratados a essas regiões, incluindo as políticas comuns". São aliás as políticas comuns que estão em debate neste momento na UE, nas pescas, na agricultura e na política regional e que são decisivas para prosseguir o desenvolvimento dos Açores e da Madeira.



Em particular, no âmbito da Reforma da Política Comum de Pescas (PCP), estamos a debater, no Parlamento Europeu, o futuro regulamento sobre o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). Este novo regulamento irá substituir o do atual Fundo Europeu das Pescas. Dada a sua importância para as regiões ultraperiféricas portuguesas,

apresentei para este regulamento, cerca de setenta propostas, atualmente em apreciação.

Esta é uma matéria que interessa e preocupa os profissionais da pesca dos Açores e da Madeira, onde o setor desempenha um papel fundamental na economia local e é sustento para um grande número de famílias dependentes da atividade piscatória. Para as RUP, no atual período de programação está em vigor o Regulamento denominado vulgarmente como "POSEI Pescas", que, quer pela sua configuração para o tratamento dos problemas específicos das RUP, quer pelo conjunto de medidas e soluções que comporta, é da maior importância para os Açores. Este texto legislativo específico para as RUP institui um regime para compensar os custos suplementares que temos que suportar no escoamento dos nossos produtos da pesca e constitui um instrumento privilegiado de modulação da Política Comum de Pesca às realidades das Ultraperiferias.

Não estando em causa na proposta da sua transposição para o novo regulamento financeiro FEAMP a continuidade dos apoios agora concedidos, a verdade é que podemos deixar de contar com um texto legislativo específico para as nossas

regiões, pelo qual muito lutámos para consagrar neste processo de construção europeia. Será sempre mais fácil moldar neste regulamento as políticas mais adequadas ao evoluir da nossa realidade, sempre que tal se revele necessário, do que abrir o Regulamento geral FEAMP. Decidir pela descontinuidade do "POSEI Pescas" constitui um mau precedente e uma inversão na abordagem da Política Europeia para as RUP, o que pode ameaçar outros programas específicos, como o atual POSEI Agricultura, ou outros futuros, como temos vindo a reivindicar para as áreas dos transportes, energias e comunicações.

Ora esta inversão europeia é grave, tem que ser travada e o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, tem que ser confrontado com ela. Isso mesmo referimos no âmbito da iniciativa que tomei, reunindo os eurodeputados das RUP, para atuarmos em conjunto, na defesa mais eficaz das nossas regiões, caso a Comissão das Pescas, Damanaki, não demonstre a abertura necessária para construir uma solução. É com a união e a determinação de todos os atores que os interesses melhor podem ser defendidos e a pesca é área prioritária.

Sob o signo do "3"

Capoulas Santos

Trílogo, palavra de origem grega e que significa conversa a três. No jargão comunitário define o método negocial que, no processo de codecisão, envolve as três instituições: Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho.

Até junho, no contexto da nova fase do processo decisório sobre a Reforma da PAC, de que tenho a honra de ser Relator do PE para os principais regulamentos, terão lugar 17 reuniões formais.

Para além destas, decorrerão uma infinidade de outras, formais e informais, desde a Comissão de Agricultura, até aos Grupos Políticos do PE, incluindo o meu próprio, onde muitas vezes o debate é mais intenso, e às equipas técnicas de apoio. A base de partida para esta negociação é, por um lado, a proposta da Comissão apresentada em outubro de 2011 e, por outro, os meus próprios Relatórios, aprovados em março pelo plenário de Estrasburgo por amplas maiorias e que passaram, desde então, a constituir o mandato negocial do Parlamento Europeu. A terceira componente da negociação é a posição dos ministros da agricultura traduzida no mandato que foi conferido pelos seus pares ao ministro irlandês, que assegura a presidência rotativa desta formação do Conselho.

Reformar a PAC no atual contexto político e económico, europeu e mundial, implica responder a vários desafios simultâneos e muitas vezes contraditórios. Como conciliar sustentabilidade e competitividade



na agricultura? Como proteger os solos, os recursos hídricos ou a biodiversidade, com a inerente inibição ou a imposição de severas restrições na utilização de tecnologias ou inputs que potenciam a produção de bens e concorrer no mesmo mercado onde tais limitações não existem ou estão bem mais mitigadas? Como garantir altos padrões de qualidade, que respondam aos anseios e preocupações dos consumidores, disponibilizando bens alimentares sãos e em quantidade e ao mesmo tempo praticar preços acessíveis? Como evitar a desertificação física e humana dos espaços rurais? Como responder aos desafios das alterações climáticas e da redução de CO2

sem colidir com as variáveis ambiente e rentabilidade?

Como legitimar os pagamentos da PAC aos agricultores perante os cidadãos contribuintes que têm dificuldade em perceber as discrepâncias entre os montantes alocados aos Estados-membros e aos agricultores?

Acresce que a negociação decorre em momento de forte contenção orçamental, precisamente quando se alarga o leque de beneficiários, como é o caso dos dez Estados-membros que terminam em 2013 o seu processo de "phasig-in", ou daqueles que se encontram a meio percurso, como a Roménia e a Bulgária, ou até daqueles que

o iniciam, como será o caso da Croácia, a partir de 1 de julho deste ano.

Para responder a estes desafios estão sobre a mesa muitas propostas, umas inovadoras e outras ambiciosas tímidas e conservadoras, através das quais se pretende definir a arquitetura da PAC para o período 2014/20.

As negociações estão a decorrer a bom ritmo, com abertura de espírito e de compromisso, identificando possíveis pistas para acordos e listando divergências de maior amplitude só ultrapassáveis na recta final da negociação num quadro de cedências recíprocas, à cabeça das quais se encontra a tormentosa questão financeira alicerçada nas posições do Conselho inspiradas pelos países contribuintes líquidos.

A resposta aos interesses nem sempre conciliáveis da tríade: produtores/consumidores/contribuintes terá assim de ser dada pelo trílogo: Parlamento/Comissão/Conselho, cuja visão individual da conciliação daqueles interesses e expectativas nos planos europeu e nacional está também muito longe de ser coincidente.

Lá para os fins de junho saberemos que obra resultará das boas construções teóricas que, há mais de dois anos, animam a discussão no seio das instituições europeias e nacionais dos 28 Estados-membros a que se aplicará a partir de 2014 a mais comum e, até hoje, mais bem sucedida política comum que, independentemente das suas imperfeições, esta oportunidade deveria permitir, pelo menos, reduzir.

Modernização dos Instrumentos de Defesa Comercial

Vital Moreira

A Comissão Europeia encetou recentemente um processo de modernização dos "instrumentos de defesa comercial" (IDC), com o objetivo auto-proclamado de os adaptar à realidade atual da economia europeia. Ora este não é um momento oportuno para fazer alterações ao sistema de instrumentos de defesa comercial existente. Na atual situação de crise e de concorrência feroz por parte de países que praticam baixos salários e apresentam deficientes condições de trabalho, a começar pela China, useira e vezeira, as empresas europeias precisam de estabilidade e de apoio na defesa contra essas práticas – não de uma redefinição e enfraquecimento de um sistema que tem, até agora, funcionado de forma relativamente satisfatória. Por exemplo, Portugal beneficiou dessa proteção no caso da indústria do calçado e, mais recentemente, da louça de mesa, contra a concorrência desleal chinesa.

Os IDC visam combater o uso de práticas comerciais internacionais abusivas, nomeadamente o 'dumping' (venda abaixo do custo real) e a 'subsidiarização' de



empresas (que dá às empresas em questão uma vantagem comparativa sobre os seus concorrentes). Importa combater tais práticas que concedem ao país terceiro exportador vantagens injustas que podem ser utilizadas com efeitos negativos consideráveis para a indústria europeia e

para o desemprego. O comércio internacional só pode ser livre se for leal ('free and fair').

Não se trata de medidas protecionistas ou retrógradas. Bem pelo contrário: são instrumentos legítimos, cuja utilização está assente em critérios técnicos e obje-

tivos definidos pela Organização Mundial do Comércio. Os IDC são a única maneira de que dispomos para repor condições de concorrência leal, fundamentais à manutenção do tecido industrial e do emprego na Europa.

Observamos no entanto a uma crítica interesseira e uma politização crescente de estes instrumentos por parte dos países nórdicos e outros, cuja economia é baseada nos serviços e na distribuição de bens importados, e que por isso têm interesse em importar produtos baratos da China e de outros países tirando partido do dumping e do subsídio ilícito. Esta tendência tem vindo a acentuar-se na última década, com uma primeira tentativa de enfraquecimento dos IDCs pela Comissão Europeia em 2006. É por isso que o Parlamento Europeu, e em particular a Comissão do Comércio Internacional, a que presido, irá acompanhar este processo de 'modernização' de muito perto. Iremos fazer todo o nosso possível para assegurar que os interesses dos industriais europeus não são desprotegidos. Será também essencial que as associações industriais europeias se mobilizem para defender os seus interesses.

Escritores e políticos do sul da Europa debatem a crise

Edite Estrela

Foi uma ideia interessante e original. Não é todos os dias que políticos e escritores se juntam para debater a crise. A inédita iniciativa aconteceu no Parlamento Europeu (PE) e contou com a participação de escritores e deputados europeus da Europa do sul, mais precisamente, de Espanha, Grécia, Itália e Portugal. Com o escritor José Luís Peixoto, de quem sou leitora e admiradora, tive a honra de representar Portugal.

A iniciativa foi muito participada e contou com a presença da Comissária Maria Damanaki, de eurodeputados, funcionários das instituições europeias, representantes de organizações da sociedade civil e do mundo académico. Coincidindo com uma visita ao PE, alguns cidadãos dos referidos quatro países puderam igualmente participar no debate. Como o evento foi transmitido pela internet, muitas outras pessoas tiveram a possibilidade de acompanhar a sessão.

Tendo em conta o local da conferência e o público presente (de diferentes nacionalidades), na minha intervenção, aproveitei para enaltecer os oito séculos de

história de Portugal e realcei o facto de os portugueses terem sido os primeiros europeus a estabelecer uma ponte comercial e cultural entre o Ocidente e o Oriente. Não é, por isso, despropositado reconhecer que os navegadores portugueses foram os primeiros agentes da globalização. Não obstante a sua vocação atlântica, os portugueses foram sempre europeístas convictos, que se orgulham do seu passado e da sua gente, mas trabalham com os olhos postos no futuro.

Os escritores, os filósofos, os historiadores, os humanistas e os cientistas também têm uma importante palavra a dizer sobre a crise. É preciso ouvi-los atentamente. Seja na Europa, seja em Portugal. Ainda recentemente ouvimos Eduardo Lourenço comparar a crise a “uma espécie de guerra”, travada por “sujeitos incógnitos, que aparecem saídos de filmes de horror, do Kafka e do Woody Allen ao mesmo tempo”. Uma crise “sem rosto” a provocar grande ansiedade nas pessoas que estavam convencidas de que tinham “uns anos longos de paz e de prosperidade e, de repente, o mundo entra em órbita e numa crise sem precedentes, desde há

mais de setenta anos”.

O historiador grego Tucídides diz que “o segredo da felicidade é a liberdade e que o segredo da liberdade é a coragem”. A nossa história é feita de lutas e conquistas. Fizemos a revolução dos cravos para acedermos à liberdade e à democracia. E com a mesma coragem com que no passado enfrentámos os mares desconhecidos, também no presente fizemos reformas corajosas e procurámos soluções para os nossos problemas. Como disse José Luís Peixoto, “existe a ideia errada de que podemos ser felizes sozinhos ou, pior ainda, contra os outros”. Merecemos ser felizes mas não somos. E não somos porque fomos apanhados no meio desta crise global e somos vítimas da ganância dos especuladores e da falta de uma estratégia europeia e nacional para a saída da crise. Portugal estava a modernizar-se, a fazer avultados investimentos na educação, na ciência, na inovação, nas novas tecnologias, nas energias renováveis. Um inestimável legado dos governos socialistas que foi completamente desbaratado pelo atual.

Por causa do desajustado programa de austeridade imposto pela troika e da in-

competência do governo, a situação em Portugal degrada-se de dia para dia. O governo português é apontado como o bom aluno da troika. Subiu brutalmente os impostos, baixou as pensões de reforma, reduziu os apoios sociais... O desemprego já atinge cerca de um milhão de pessoas. A economia está destruída, as empresas estão falidas, as pessoas perdem as suas casas, aumenta a violência doméstica e os suicídios. Apesar do aumento dos impostos, a receita fiscal baixou, o défice orçamental e a dívida externa aumentaram. Os portugueses empobrecem para enriquecerem os especuladores. Os sacrifícios impostos aos cidadãos ultrapassaram o limite do suportável e o país está hoje pior do que antes do programa de resgate. É preciso saber ler os sinais de insatisfação dos portugueses e ajustar a dose de austeridade para evitar que os protestos se tornem violentos e surja um qualquer Grillo, como o que tornou a Itália ingovernável. O que aconteceu em Itália foi mais um aviso. Se os responsáveis europeus não quiserem perceber isso e continuarem teimosamente pelo caminho errado, que não se queixem quando for tarde demais.

